**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO MISTA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA QUE VAI DEBATER A DESESTATIZAÇÃO DOS PORTOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 10H, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Henrique Búrigo)** – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa tarde. Sejam bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início a esta audiência pública convocada pelo excelentíssimo senhor Presidente da Comissão Mista dos Portos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual Volnei Weber, e pela excelentíssima senhora Relatora da Comissão, Deputada Estadual Ada De Luca.

São integrantes da Comissão Mista dos Portos da Assembleia Legislativa a excelentíssima senhora Deputada Estadual Ada De Luca, Relatora da Comissão; a excelentíssima senhora Deputada Estadual Paulinha; o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Volnei Weber, que é o Presidente; o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Sargento Lima; o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Romildo Titon; o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Marcos Vieira, que é o Vice-Presidente; e o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Ivan Naatz.

Esta audiência pública tem por objetivo debater com a sociedade civil, representantes dos governos estadual e federal e demais interessados o processo de estudo de desestatização dos portos do Estado de Santa Catarina.

Convidamos para compor a mesa de autoridades: o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão Mista dos Portos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual Volnei Weber; a excelentíssima senhora Relatora da Comissão Mista dos Portos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputada Estadual Ada De Luca; o excelentíssimo senhor Presidente da Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul, Vereador Sidnei Eunézio de Mira (Mira da Estiva); o Vice-Prefeito de São Francisco do Sul, Sérgio Murilo de Carvalho Oliveira; o Vereador de São Francisco do Sul, Adriel Alexandre Dias; o Vereador de Navegantes, Antonio Carlos Uller; o Secretário Adjunto de Estado da Infraestrutura e Mobilidade de Santa Catarina, Alexandre Martins; secretário executivo do Meio Ambiente (SEMA), Leonardo Schorcht Barcony Porto Ferreira, representando o excelentíssimo senhor Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Luciano José Buligon; a técnica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Gilmara Tenfen Warmling. (*Palmas.*)

A Assembleia Legislativa também registra as seguintes presenças: Secretário Municipal de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários de São Francisco do Sul, Rui Sérgio dos Santos; presidente da Associação Comercial e Industrial de São Francisco do Sul, João Ricardo de Andrade Chaves; presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador no Estado de Santa Catarina (Sintracasc), George William Wulf; presidente do Sindicato dos Estivadores de São Francisco do Sul, Vander Luiz da Silva; presidente do Sindacap, Marcos Paulo Lopes; presidente da Intersindical de Itajaí, Ernando João Alves Júnior; diretor-presidente da Cooperativa de Transporte de Cargas em Geral (Cotracarg), Valdecir Mira; presidente da Associação dos Pescadores de São Francisco do Sul, Amarildo Silva; presidente do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos de São Francisco do Sul, Altino Romão da Silva; Procurador da Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul, Vitor Pinheiro dos Reis; executivo da Câmara para Assunto de Transporte e Logística da Fiesc, Egídio Antônio Martorano, neste ato representando o presidente, Mario Cezar de Aguiar; advogado da Seatrade e Full Port, Paulo Henrique Pessoa Olivet; conselheiro da SCPar Porto de São Francisco Sul, Almir Wagner; superintendente do Porto de Itajaí, Fábio da Veiga, neste ato representando o Prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni; presidente da Cootraporter, Valdir Luiz Serafini. Agradecemos a presença de todos.

Neste momento convidamos excelentíssimo senhor Presidente da Comissão Mista dos Portos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual Volnei Weber, para que proceda à abertura oficial e presida esta audiência pública.

Um bom-dia a todos, uma ótima audiência.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Bom dia. (*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

É muito bom sempre vir até São Francisco e ser bem acolhido, bem recebido por pessoas que nós aprendemos a respeitar, porque isso nós aprendemos de berço, e o respeito muda tudo. Tão logo, quando houve o murmúrio instalado na sociedade de desestatização, ou de privatização, nós começamos a ser procurados. Quero deixar bem claro que na Assembleia Legislativa não temos nenhum projeto tramitando nesse sentido, o equipamento é da União, tanto em São Francisco quanto em Laguna, quanto em Imbituba e quanto em Itajaí. Existiu uma vontade de o governo fazer um estudo, de fazer os levantamentos, de ver qual é a capacidade, qual é a produtividade, enfim. E, de repente, a de entregar esse equipamento ao governo federal antes do tempo. Isso gerou uma grande insegurança, uma incerteza, tanto nos servidores, sendo eles avulsos ou do Estado, como uma insegurança também nos investidores, nos operadores, enfim, em todos os envolvidos, inclusive, no povo, na sociedade toda, sendo ela composta pelos nossos líderes, Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, associações, entidades e assim por diante.

E nós acabamos recebendo muitas e muitas pessoas nos nossos gabinetes para fazer com que nós soubéssemos, atuássemos e trouxéssemos uma resposta do que está acontecendo realmente. Naquele momento nós entendemos que uma Comissão, sendo que somos os representantes do povo catarinense e, para ter legalidade e a construção de um documento, a Comissão precisava ser instalada. A Comissão Mista é composta pelos Deputados anteriormente aqui já nominados, ao meu lado tenho a Deputada Ada De Luca, e quero aqui lhe agradecer, Deputada Ada De Luca, que quanto à Comissão você tem que despachar a relatoria que, muitas vezes, por tantos projetos que lá tramitam e tal, fica difícil. Mas quero dizer que a Deputada Ada é muito atuante, sempre com muitos compromissos, e ela não teve dificuldade de dizer um sim para me acompanhar, coletar os dados, as informações ‒ para depois das audiências públicas, depois de ouvir as pessoas ‒, para construirmos um relatório juntos. E esse relatório será entregue ao governo do Estado, ao governo federal, e ali será demonstrado o anseio, serão demonstradas as sugestões, demonstrados os depoimentos de toda a nossa sociedade, principalmente dos mais próximos desse equipamento que é o porto.

Nesse sentido, eu quero dizer que estamos atentos e comprometidos em fazer um trabalho de não tomarmos posição aqui, mas sim de ouvir a sociedade, ouvir a todos, dar oportunidade, por intermédio da Assembleia Legislativa, que é a Casa maior do povo catarinense, de poder se expressar. Quando fizemos aquela audiência pública em Florianópolis, convidamos tanto o governo do Estado como o governo federal, por intermédio do Diogo Piloni, que é o Secretário Nacional dos Portos, porque entendemos que o porto é um equipamento da União e o Estado tem o porto por um período.

Se o governo entende que pode fazer um estudo e, conforme o resultado do estudo, talvez mostre ao governo que para ele é melhor entregar de volta à União, nós no mínimo temos que saber o que a União pretende fazer, o que ela vai instalar aqui como modelo.

Então, nós temos que ouvir o governo federal. E aqui nós temos dois representantes, o Alexandre e o Leonardo. O Leonardo é do departamento de Meio Ambiente, mas representa o Buligon, que é o Secretário de Desenvolvimento Econômico; e o Alexandre é o nosso Secretário Adjunto de Infraestrutura, que são as áreas realmente que competem ao assunto, e cabe a eles também acompanharem esse processo.

Na audiência lá em Florianópolis, nós entendemos que ficou prejudicada a participação, tanto das lideranças de São Francisco quanto de Imbituba e de Laguna, porque eles usaram um tempo maior, eles foram convidados para explicar qual é a vontade, qual é o modelo, o que se pensa. E eles explicaram que ali está começando um estudo. O governo pediu um estudo, então eles estão analisando, finalizando as análises para fazer com que se comece esse estudo. E aí, posteriormente, lá na frente, se tomará uma decisão.

Nós tínhamos que buscar essa informação, e eles vieram expressar isso, colocar, mais ou menos, o que é o modelo que eles imaginam, e o Estado também apresentou. Itajaí também consumiu naquele momento um tempo maior. Em Itajaí a concessão é do Município e o prazo ali é diferente do que nós estamos tendo em Imbituba, São Francisco e Laguna, porque ali o prazo está encerrando. E automaticamente o governo federal já tem um compromisso de fazer a análise, a verificação e os estudos de Itajaí separadamente, porque ali o contrato está vencendo.

Dessa forma, Itajaí tem que ser tratada diferentemente neste momento, mas como abriu a oportunidade de audiência pública, houve uma ansiedade muito grande de o povo de Itajaí falar muito, questionar, porque ali se tinha um anseio maior e ali está mais acalorada a conversa. Nós aqui estamos iniciando, mesmo que com muita dúvida, muita incerteza. Então o tempo ficou pequeno, mesmo que a nossa audiência tenha durado cinco horas. E, pelo tempo regimental da Casa, às 14 horas começava a sessão ordinária, a ordem do dia, e nós tínhamos que encerrar a audiência. Entendemos que ficaram prejudicadas Imbituba e São Francisco do Sul nas suas expressões, nos seus depoimentos.

Para isso, uma vez que a nossa Comissão Mista tem prazo definido, mas estava encerrando esse prazo e o Regimento permite a sua prorrogação por mais sessenta dias, nós prorrogamos e dentro dessa prorrogação demos a oportunidade de fazer com que Imbituba e São Francisco tivessem audiências públicas, fazendo com que as regiões tivessem mais oportunidade de a sua sociedade participar de forma mais efetiva e numa oportunidade única. Até porque entendemos que cada porto tem uma característica, Itajaí tem uma, São Francisco tem outra, Imbituba tem outra e Laguna tem outra. Então, estamos dando a oportunidade para cada um poder se expressar.

De forma técnica, esta audiência tem como objetivo ampliar o debate com a sociedade civil, com representantes de diversos segmentos e do governo estadual e federal, assim como com todos os interessados no processo de estudo de desestatização dos portos do Estado de Santa Catarina. Relembro que na primeira audiência realizada em Florianópolis, no dia 9 de novembro, tivemos a oportunidade de ouvir com detalhes os planos do governo federal, que é o cedente detentor da exploração portuária; e o governo do Estado, que estuda sobre devolver a cessão à União, ou não.

Nesse sentido, foi concedido um tempo maior de fala aos dois entes para que melhor explanassem suas intenções, porém, buscamos com essas novas audiências ampliar a participação da sociedade civil, dos trabalhadores dos portos e dos operadores portuários, bem como dos Municípios onde são localizados esses portos.

Como eu sempre tenho dito, não são apenas os Municípios que possuem os portos, mas os portos que também possuem as suas cidades. Elas nasceram e cresceram na sua volta, e cada uma tem a sua história, cada uma tem o trabalho forte, cada uma tem a sua participação, e nós não podemos nos omitir de abrir esse espaço diante da Assembleia Legislativa, de ouvir essas pessoas, ouvir essas regiões, essas entidades, enfim, os que participam e estão diretamente envolvidos nessa questão.

Como Presidente desta Comissão, irei conduzir os trabalhos. E já gostaria de comunicar que para fazer as inscrições e só levantar a mão que o microfone será levado até essa pessoa. Peço que cada um se identifique na hora da fala, dizendo o nome e a entidade que representa; e, sendo uma pessoa comum, também se identifique. Pelo tempo, para sermos bem objetivos, para não haver falas, que por vezes são repetitivas, o presidente de entidade ou representante da entidade terá o tempo de até cinco minutos, prorrogados por mais um minuto para finalizar, e essa prorrogação será sinalizada pelo corte do som. E as pessoas que não estão representando entidades terão três minutos, prorrogados por mais um minuto. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi*]

Então, acho que dessa forma a gente vai ser bem objetivo para conduzir o nosso trabalho e também finalizá-lo dentro de um tempo que entendemos ser o necessário para ouvir o clamor da nossa sociedade.

Eu venho nesse momento chamar para tomar assento também o superintendente do Porto de Itajaí, Fábio da Veiga, neste ato representando o excelentíssimo senhor Prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni. (*Palmas.*)

Passo a palavra à companheira e Deputada Ada De Luca para fazer o uso da palavra.

**A SRA. RELATORA (Deputada Estadual Ada De Luca)** - Bom dia a todas e a todos. Quero cumprimentar o Mira, Presidente da Câmara; o Sérgio, que é o Vice-Prefeito de São Francisco do Sul, ambos são os anfitriões desta audiência; E o meu Presidente da Comissão, Deputado Volnei Weber.

 (*Passa a ler.*)

“Iniciando, quero desejar que nós façamos uma audiência com muita transparência, com muita fé no que se fala e com muita certeza, porque eu serei a Relatora desta Comissão, o que não é nada fácil, certo? Não é fácil de ser relatora de Comissão nenhuma, mas esta é mais importante ainda, porque na minha ótica ela mexe com milhares de empregados de todos os portos, e aqui me parece que são cinco mil.

O tema dessa audiência tem como objetivo analisar o processo de estudo, que deram um nome bonito, de desestatização. Mas não é, pois é privatização, mesmo, dos portos do Estado de Santa Catarina, mais precisamente o Porto de São Francisco do Sul, o Porto de Imbituba e o Porto de Itajaí. E nesse sentido nós, Parlamentares, não podemos nos omitir durante esse debate. Mas nós viemos aqui foi mais para escutar do que para falar, mas político não pode ver um microfone, então eu vou falar mais um pouquinho.

Muito pelo contrário, temos que agir diretamente em prol dos interesses dos catarinenses, do nosso povo, da nossa gente. Após esse momento eu, como Relatora deste processo de privatização, juntamente com o Presidente desta Comissão, Deputado Volnei Weber, apresentamos requerimento para a realização dessas audiências, tanto aqui em São Francisco do Sul quanto em Imbituba, que foi ontem.

Vale ressaltar que no último dia 9 de novembro foi realizada, como o Deputado já falou, audiência pública na Alesc com a presença do Secretário Nacional dos Portos e Transportes Aquaviários, o senhor Diogo Piloni e Silva, representando o governo federal, porque é muito importante que estivesse sempre presente algum representante do governo federal em todas as audiências, bem como os representantes dos portos envolvidos e do governo estadual, neste processo de privatização.

Com isso, eu e o Deputado Volnei entendemos que seria necessário alinharmos o debate, pois a nossa intenção é ouvir os anseios das comunidades envolvidas neste processo de privatização, eis que o tema é de muita relevância para Santa Catarina, mas também para as cidades portuárias, uma vez que envolve a economia financeira da nossa gente e de toda a sociedade, haja vista a complexidade que é.

Sabemos da importância dos portos para a economia do Estado, sim, e a contribuição para a geração de renda e de emprego. Isso é fundamental também na iniciativa privada, porque uma coisa é consequência da outra, trazendo desenvolvimento social e econômico para esses Municípios atingidos pela privatização, bem como para todo o Estado de Santa Catarina.

Diante disso, Presidente Volnei, nós levaremos ao conhecimento deles, dos Deputados que fazem parte da Comissão Mista, tudo o que aconteceu aqui, e se possível até a gravação em nossas falas. Finalizando, coloco também meu gabinete à disposição, e todo mundo sabe que eu sou Deputada há dezesseis anos, para receber mais sugestões, receber até indicativos para o nosso melhor conhecimento, não é, Deputado Volnei? Porque cada porto é uma realidade. Nós não podemos distinguir só o Porto de Imbituba, só o Porto de Itajaí ou só o Porto de São Francisco do Sul. Cada porto tem a sua realidade e é assim que tem que ser analisado.

E, se vocês nos ajudarem também, nós faremos uma relatoria mais justa, tá? Porque vocês estarão contribuindo de alguma forma nesse processo, que é um processo, como eu já falei, de extrema responsabilidade. Apresentarei, ao final dessas audiências, um relatório que venha ao encontro do interesse da nossa gente.

Por fim, quero parabenizar o Presidente da Comissão, Deputado Volnei Weber, pela condução isonômica e democrática à frente desta Comissão Mista que trata do processo de estudo de desestatização dos portos.”

Parabéns, Deputado, mas afirmo que serei justa na minha relatoria, como é a justiça que seguiu a minha vida política - e que não é pouca. Um beijo para todos vocês, um abraço e estamos aqui para ouvi-los.

Devolvo a palavra ao Presidente Volnei.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Obrigado, Deputada Ada, quero agradecer pela presença do presidente da cooperativa Cootraporter, Valdir Luiz Serafini. Quero também registrar aqui que o Ricardo Moritz, que é o presidente da SCPar, justificou sua ausência por nesse momento estar com suspeita de Covid.

Mas eu também quero agradecer aos representantes do Estado, mais uma vez, porque o governo nunca se omitiu de estar presente, sempre participando, ouvindo atentamente com seus representantes, fazendo com que eles também tenham conhecimento de tudo o que acontece e o que realmente hoje os nossos portos exercem de resultados.

Antes passar a palavra ao nosso presidente, e falando só um pouquinho na questão da nossa Comissão e dos prazos, porque nós prorrogamos estes prazos. Então, dizendo para vocês que no dia 4 de dezembro a gente prorrogou por mais sessenta dias; no 22 de dezembro então a gente acaba paralisando os trabalhos pelo recesso, voltando esta Comissão a trabalhar a partir do dia 1º de fevereiro, abertamente.

E por que isso também? Porque isso nos favorece. Nos favorece em que sentido? Depois de estudar este assunto, eu tenho visitado todos os Portos de Santa Catarina. São Francisco em Imbituba eu já tinha visitado anteriormente, então já conhecia. Não conhecia o processo num todo, mas estudei um pouco sobre eles.

Assim como tenho visitado e estudado todos os portos do nosso Estado, eu também visitei alguns portos do nosso País. E quando eu digo que esse prazo até nos favorece, porque a Comissão tem sessenta dias úteis, ou de trabalho, tirando o recesso, nós vamos finalizar o nosso prazo em 15 de março. E recentemente eu também estive conversando com alguns portos do mundo que têm o mesmo modelo do nosso, onde tem a parceria ou o processo público-privado, e não é diferente aqui.

Então, lá em Barcelona, por exemplo, ele é público-privado e funciona muito bem. Tenho conversado um pouco com essas lideranças, com o presidente do Porto de Barcelona também, e ele tem deixado claro sua intenção de vir à Santa Catarina no final de fevereiro ou no começo de março. E, se ele conseguir vir, ele poderá, sim, contribuir com informações também, porque lá é um porto de múltiplas atividades que funciona muito bem e é reconhecido mundialmente. Então nós poderemos, sim, buscar mais informações, inclusive fazendo com que ele venha trazer um relato de como funciona, de como é a gestão e porque que eles são tão evoluídos. O copiar não é feio.

Então, talvez exista essa oportunidade de, junto com as nossas lideranças, as entidades, de eles virem e mostrarem que o modelo que nós temos instalado também funciona, e funciona muito bem. Então, estamos trabalhando isso junto ao presidente do Porto de Barcelona, da possibilidade de ele vir ao Brasil e à Assembleia Legislativa, junto com vocês, com as entidades de Imbituba, de São Francisco do Sul, de Itajaí e de Laguna e com os representantes do governo do Estado para continuar o debate e para ouvir, porque nunca é demais assistir os modelos que funcionam e que não são privados diretamente.

Então, eu penso que a forma como vai funcionar talvez não importe, desde que tenha segurança, tanto para aqueles que têm os seus investimentos e que o contrato não terminou, e que nesse momento eles se sentem muito inseguros, tanto os colaboradores, enfim, todos os envolvidos.

Então nós precisamos é ter um porto que tenha uma administração que se instale e que traga segurança a todos de forma geral, pois não pode ser de qualquer jeito. Então, o que eu quero dizer aqui é que, através dessa Comissão e através do relatório que será feito pela Deputada Ada De Luca, porque nós faremos um relatório, e o relatório é construído através do nosso trabalho, mas ela vai relatar. E nós não vamos permitir que seja feito de qualquer jeito ou empurrado goela abaixo.

Por isso, nós vamos lutar muito. E eu tenho certeza também que o governo do Estado não vai querer propor algo que venha a matar os nossos equipamentos ou enfiar coisa goela abaixo. Que bom que ele chame o governo federal para estudar. Mas que esses estudos realmente mostrem, e irão mostrar, que aqui também tem eficiência. Podemos melhorar? Podemos melhorar, mas não aplicando algo de qualquer jeito.

Então, por isso eu quero dizer para vocês que essa Comissão encerrará seu prazo, que tem começo, meio e fim pelo Regimento Interno, no dia 15 de março, mas, por conta do recesso, acredito, Deputada Ada, que vamos ter uma grande oportunidade de ouvir lideranças de fora daqui, mas apenas lideranças que tenham um bom exemplo a mostrar para nós. Então, acho que isso é muito válido.

Passo a palavra para o Presidente da Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul, Vereador Sidnei Eunézio de Mira (Mira da Estiva).

**O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL/SC (Vereador Sidnei Eunézio de Mira - Mira da Estiva)** - Bom dia, Deputado Volnei, Presidente da Comissão; bom dia, Deputada Ada, Relatora da Comissão Mista.

(*Cumprimenta os integrantes da mesa e os demais presentes.*)

Este é um assunto muito polêmico, Deputado. A gente sabe que essa discussão foi acalorada na Alesc. Na fala dos nossos participantes, solicitaram ao Deputado da Comissão Mista, ao Presidente, para ramificar essas audiências nos portos em que serão feitos os estudos de desestatização. Como fala a nossa Deputada Ada, de privatização. Então, é muito importante ramificar essa discussão, tanto em Imbituba, em São Francisco como em Itajaí, porque são os portos que serão afetados.

Senhor Presidente da Comissão, eu vou contar um breve relato do que aconteceu na história de São Francisco do Sul para dar uma abordagem, até para o pessoal que está assistindo poder acompanhar.

Na audiência do dia 9, a dos portos catarinenses, 99% foi contra essa decisão de privatização, de criar um novo modelo de desestatização nos Portos de Imbituba e de São Francisco do Sul. Um novo modelo de administração, e deu para colher essa informação nessa audiência do dia 9 de novembro na Alesc.

A indignação dos representantes aqui, e eu falo representando uma sociedade, representando a sociedade portuária, representando os trabalhadores portuários em geral, e também os avulsos, que também fazem parte. A nossa indignação com o governo do Estado é de ele querer desestatizar a *holding* SCPar e desenvolver um novo modelo. Isso trouxe insegurança aos trabalhadores, aos comerciantes e aos empresários da cidade e da região local, que sobrevivem realmente nessa fonte hoje, que é uma ferramenta do Estado, que é o Porto.

 E esse modelo que o governo apresentou na Alesc é um modelo meio tendencioso, dizendo que a nossa vocação é somente grãos. Posso afirmar aos companheiros que nos assistem, com propriedade, ao Presidente, ao Governador e ao representante do governo federal que o nosso Porto não é tendencioso somente a grão. Ele trabalha com vários tipos de carga. Hoje trabalhamos com madeira, siderúrgico, celulose e grãos.

Hoje, o que gera renda aos trabalhadores é essa diversidade de mercadorias mistas. Em um passado não tão longe, companheiros e sociedade que nos assiste, nós tínhamos contêineres em São Francisco do Sul, nós trabalhávamos com contêineres, mas perdemos para Itapoá, sendo que o terminal de Itapoá justificou trabalhar com carga própria, que era cavaco, e logo mudou, trabalhando com carga de terceiros. A Lei não previa isso, a lei que foi revogada, a Lei 8.630. Ela falava que o Porto tinha que comprovar trabalhar com carga própria, e ela não comprovou, ela chegou e trabalhou com carga de terceiros, porque era prerrogativa do terminal de porto público trabalhar com carga de terceiros, que era de contêiner.

Aí a gente já viu o governo federal dar essa abertura ao capital para poder trabalhar com esse tipo de carga. E lá se vai o contêiner de São Francisco do Sul. E logo veio a Lei 12.815, de 2013, que deu essa prerrogativa. Então, o que tivemos que fazer em São Francisco do Sul? São Francisco do Sul teve que se reinventar. Tivemos de buscar novo tipo de mercadoria, fazendo uma parceria comercial juntamente com os empresários e com o operador portuário, trazendo todo tipo de carga que hoje a gente tem. Enriquecendo a sociedade assim, com carga mista na qual todo mundo possa trabalhar, seja cooperativa, seja sindicato, enfim, armazéns, Cidasc, funcionários públicos e sociedade.

Eu acho que o governo deveria se envolver mais com a história de São Francisco do Sul e saber como que foi a nossa história de luta. Só foi dada uma satisfação, e foi quando realmente saiu a notícia de desestatização do Porto de São Francisco do Sul, logo após publicarem em jornais e em redes sociais. Assim como fizemos uma Comissão entre Prefeito, Vice-Prefeito, se faz presente aqui, e eu, como representante do Legislativo. Nós fomos até a SCPar conversar com o Ricardo Moritz, e lá ele nos deu a notícia de que o governo realmente tinha a intenção de devolver para o governo federal. Aí todo mundo ficou alarmado, todo mundo ficou preocupado, os trabalhadores, a sociedade. [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

E nós ficamos com dúvidas, pois temos ainda 22 anos para sermos explorados, senhor Presidente, tempo que foi concedido para o Estado explorar a área do porto público. Sem contar ainda, Presidente, que não temos o acompanhamento de hoje, que é ouvir, participar, e o Tribunal de Contas, que se está fazendo presente para acompanhar esse novo modelo que eu estranho, não consigo entender.

Como podem falar que vão devolver direto à União, se temos uma Casa Legislativa na qual vocês, Deputados, aprovam as leis de Santa Catarina? Hoje é de interesse do Estado essa ferramenta que desenvolve renda e emprego aos catarinenses. Acho que tem que ter mais respeito, existe uma hierarquia e os Deputados que compõem a Assembleia Legislativa também foram eleitos com o voto da sociedade francisquense.

Dessa forma, Deputado, assustados que estávamos com esse assunto do governo do Estado, montamos uma comissão junto com a Intersindical, que se faz presente aqui, com o presidente Vander; com o advogado Paulo, também da Intersindical; com o Marcos, presidente dos Arrumadores; com o Altino; com o Almir; dentre outros, e fomos até a Alesc. Lá alguns Deputados nos falaram – inclusive a Deputada Ada não estava, mas depois ela nos retornou, assim como o Deputado – que não sabiam desse assunto e que era para nós corrermos atrás, porque o negócio ia pegar. Então começamos, realmente, a ir atrás.

Inclusive tivemos contato com o Deputado Volnei, que ficou preocupado com aquela situação de Imbituba, de Itajaí e de São Francisco do Sul, já que eram ferramentas do Estado, mas que naquele momento ele não sabia como funcionava essa mecanização de porto. Ele teve interesse e, junto com os representantes que fazem parte da comissão, começou a estudar, a analisar essa preocupação. Hoje, ele está dando todo o suporte como Presidente da Comissão, uma Comissão importante que abriu portas para nos levar ao representante do governo federal, o Secretário de Portos, o Piloni, ao qual levamos documentos e protocolamos lá. E assim surgiu o convite para ele participar daquela audiência pública que tivemos na Alesc, na qual ele falou que realmente os nossos portos, de São Francisco do Sul, de Imbituba e de Itajaí estão na fila para serem desestatizados – o processo de Itajaí já está mais adiantado.

Erro do governo. Presidente, não temos culpa que esse governo esteja cometendo vários erros administrativos de seus indicados, colocando pessoas que não entendem nada de porto em cargos comissionados, pessoas que não são técnicas e que estão fazendo do nosso porto, que é o 7º maior em movimento de carga do Brasil, às vezes um verdadeiro escândalo nos jornais. Inclusive alguns Deputados falaram sobre a situação de superfaturamento, de “pombo de ouro”. Isso dá uma vergonheira, porque essa parte de administração cabe a quem escolher o seu representante, que é o governo do Estado, mas por trás dele existem pessoas trabalhando, pessoas suando para alavancar o 7º maior em movimento (*falha na gravação*).

Como o Estado, que tem uma ferramenta que gera lucro, quer devolver para criar um novo modelo? O porto, hoje, é uma ferramenta logística do Estado, de segurança nacional, por onde trasladam navios internacionais de fronteiras que chegam ao Brasil. Inclusive tivemos o acompanhamento da Covid-19, em que a Anvisa combateu a Covid-19 dando toda a estrutura de saúde aos trabalhadores. E não só isso, anos atrás tivemos o terrorismo. É um acesso internacional. O governo tem que ter toda a prerrogativa em cima disso.

Além do mais, também exportamos as riquezas de Santa Catarina pelos portos catarinenses, e isso faz crescer o nosso PIB, o Produto Interno Bruto. Temos essa parcela de contribuição na economia do Brasil, sendo o 7º maior porto em movimento de carga do Brasil. O nosso Estado arrecada muito para a União e recebe muito pouco, a gente sabe.

Inclusive, neste momento vou pedir à Sabrina para colocar um vídeo do nosso Senador Dário Berger, em que ele demonstra que essa ferramenta, hoje, realmente faz toda a diferença na economia do Brasil.

(*Procede-se à projeção de vídeo com a manifestação do Senador Dário Berger.*)

Está aí, a gente viu a ferramenta de economia que o Estado tem e quer entregar o porto de uma forma que eu não entendo, uma administração, um modelo diferente. Se o Estado não quer, mas o Município quer – e o Sérgio vai colocar aqui depois. O Município quer administrar, mas a ferramenta funciona como Estado, sem contar que ela dissemina emprego, renda, arrecadação para os Município, ISS - o Sérgio vai colocar depois -, 80% do ISS que é arrecadado; ICMS... É superavitário, tem uma arrecadação anual de quase R$ 110 milhões, paga a folha do funcionário público de quase R$ 40 milhões anual, tem dinheiro para investir na poligonal.

O Estado vai absorver como? Esses R$ 40 milhões, entregando o porto e disseminando os funcionários nos entes dos Estados, né, nas suas estatais, de onde ele vai tirar? Vai tirar da área da saúde, da infraestrutura, da educação, para pagar essas pessoas, sendo que hoje o porto paga a folha de funcionário e também é superavitário para fazer o seu desenvolvimento na infraestrutura.

Daí eu coloco que, caso o Tribunal de Contas não estivesse presente, eu ia cobrar o Tribunal de Contas para acompanhar esse novo modelo.

Esta é a minha fala, acho que todo mundo tem que falar, eu desabafei, desculpem-me, mas esse aperto no meu coração eu coloquei para fora, porque nós, de São Francisco do Sul, temos a preocupação não só com o porto, mas com a economia, e coma ferramenta porto, que faz parte da estrutura do Estado. É como eu sempre coloco: hoje, eu estou como político; a Deputada Ada também está como política; o Vice-Prefeito está como político; o Presidente Volnei está como político; mas a política passa e a ferramenta porto tem que ficar. A ferramenta porto é da sociedade francisquense, é da sociedade catarinense.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)**– Só registrando, Presidente do nosso Legislativo, que também no dia de ontem já nos acompanhava, lá no Município de Imbituba, a Gilmara Tenfen Warmling, que vem aqui representando o Tribunal de Contas. E é muito importante isso, porque o nosso Tribunal de Contas é uma ferramenta importantíssima no Estado. Muito obrigado, Gilmara. Muito obrigado ao Presidente do Tribunal de Contas, que tem feito esse encaminhamento, porque realmente o Tribunal tem que acompanhar este debate, assim como os representantes do governo e assim como, de forma geral, a Assembleia Legislativa.

Neste momento passo a palavra para o senhor Vice-Prefeito de São Francisco do Sul, Sérgio Murilo de Carvalho Oliveira, representando o Prefeito Godofredo Gomes Moreira Filho.

**O SR. VICE-PREFEITO SÉRGIO MURILO DE CARVALHO OLIVEIRA (São Francisco do Sul/SC)** – Bom dia a todos.

Cumprimento aqui o nosso Deputado Volnei; a nossa Deputada Ada; os segmentos da sociedade aqui representados; os Vereadores; as autoridades presentes; os munícipes. Trabalhadores francisquenses, a labuta de vocês está nas mãos dessas pessoas que estão aqui, hoje, para defender o nosso pão de cada dia, o nosso trabalho francisquense.

Deputado, no início do ano, bem no início da gestão, fomos pegos de surpresa com essa notícia triste aqui em São Francisco do Sul, e digo surpresa porque soubemos pela televisão, pelas redes sociais, já que não fomos sequer contatados pelos estudos que seriam desenvolvidos pela desestatização, ou como a Deputada falou, a privatização dos portos.

Imediatamente corremos com vários segmentos, com classes sindicais, com representantes que aqui estão, estivemos em Florianópolis, fomos bem recepcionados pelo senhor, a quem agradeço muito a oportunidade de estar trazendo até nós esta audiência, que é a oportunidade que temos de expressar o anseio da população francisquense.

(*Passa a ler.*)

“No ano de 2020, fomos eleitos para representar o nosso povo francisquense no Executivo municipal, e na condição de gestor devemos ter um único norte: o interesse público, o interesse da nossa coletividade, o interesse de todos os francisquenses que nos colocaram lá para representá-los. Temos que ouvir todos os segmentos e temos que dar voz a todos os cidadãos. O único interesse público deve ser nortear as ações de um bom gestor.

Aqui em São Francisco do Sul, desde que assumimos o Executivo municipal, temos tido como lema: tomar as decisões com base no interesse público, no interesse de todos. E hoje essa privatização assusta-nos muito como Município, como Executivo.

O programa de desestatização dos portos catarinenses, especialmente o Porto de São Francisco do Sul, tem sido alvo de inúmeros debates na nossa Prefeitura e nos nossos estudos técnicos, que chegaram à mesma conclusão: a desestatização do Porto de São Francisco do Sul não atende a nenhum interesse público. Deixa de atender o interesse de dezenas de empresas e de milhares de trabalhadores francisquenses, os quais hoje, aqui, representamos.

Não é isso o que desejamos para a nossa cidade. Não é isso o que desejamos para os nossos trabalhadores e para os empresários locais.

Nossa gestão é pautada em estudos técnicos realizados por profissionais éticos e capacitados. Os dados que levantamos através da Secretaria Municipal de Finanças, cujo acesso a eles foi feito através do Dieese, revelam que quase 80% da nossa economia francisquense depende, direta e indiretamente, da atividade portuária.

Como consequência dessa importante cadeia produtiva, o financiamento do Poder Público municipal também possui alto grau de dependência da atividade portuária, em que a execução dos serviços e a movimentação das mercadorias são fatos geradores dos tributos que compõem o orçamento de São Francisco do Sul. Havendo qualquer oscilação na movimentação das mercadorias e dos serviços no nosso porto, a Secretaria Municipal de Finanças já acende um sinal de alerta muito preocupante, pois sabemos que haverá impactos diretos no nosso orçamento. Agora, imaginem uma mudança dessas, drástica. Imaginem darmos adeus a dezenas de empresas que hoje se situam aqui.

Como o Presidente, Vereador Mira, citou, no passado sofremos muito pela perda de uma das cargas de São Francisco do Sul, em que 60% da movimentação era dessa carga e tivemos que nos reinventar. Tivemos que nos unir, que ressurgir das cinzas novamente para que cada trabalhador pudesse levar o seu sustento para casa. E é isso o que nós defendemos hoje, um porto público. Porque se existe um povo guerreiro, é o povo francisquense, que se uniu e sempre fez a diferença, nunca abaixou a cabeça.

Posso afirmar que o orçamento municipal sofrerá sérios danos com a alteração, com a proposta do governo do Estado. Falo isso como gestor público e fundamentado em dados técnicos. Atualmente estamos fazendo todo o possível para reformular nossas leis orçamentárias para apresentar ao cidadão francisquense melhores condições de acesso à saúde, à educação, à infraestrutura e ao lazer. Contudo, eventual desequilíbrio nas contas certamente comprometerá os serviços relacionados principalmente a nossa saúde e a nossa educação.

Nossos estudos indicam com clareza que a desestatização do porto é um cenário muito negativo do ponto de vista da nossa administração municipal.

São tantas perguntas sem respostas, mas não é difícil chegar a uma conclusão.

Temos um porto histórico, um porto próspero, e o mais importante, ele é superavitário; ele gera lucro, ele não tem despesas. Não podemos deixar que o arranquem da coletividade e o entreguem a uma única empresa. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Ainda devo mencionar as poucas vezes, Deputado Volnei, Deputada Ada e demais senhores e autoridades, que presenciei tantos setores diferentes da nossa sociedade reunidos – obrigado à Associação Comercial, aos líderes sindicais, à população francisquense e a todos os segmentos – e com um único objetivo: dizer não à desestatização do porto.

Por todas essas razões, eu volto ao argumento inicial: a desestatização do Porto de São Francisco do Sul seguramente não atende ao interesse público, talvez atenda ao interesse de alguém, mas não ao público.”

Assim, senhoras e senhores, Deputado e demais autoridades, o nosso porto tem pequenos e grandes importadores, traz riquezas para a nossa cidade, para a nossa Santa Catarina, para o nosso Brasil, e ele sendo público facilita o escoamento de diversas cargas que hoje temos em nosso porto. Fica a pergunta: Ao interesse dessa única pessoa será que esse segmento terá vez ‒ o pequeno importador ou o pequeno exportador lá do oeste, ou do sul, ou do Paraná, ou do Rio Grande ou do nosso Brasil ‒ dentro desse nosso porto? Creiamos que não, porque a partir do momento em que eu detenho um porto, que eu tenho a minha concessão, darei prioridade à minha carga. Onde ficam os demais? Onde fica o norte dessas outras pessoas? Onde ficará o rumo para esses outros importadores e exportadores?

O Porto de São Francisco do Sul foi construído com o suor do trabalhador, com os impostos que você, que eu e que o senhor desconta. Depois de pronto é muito fácil entregar, é muito fácil. Eu acho que nós temos que ter o apreço, o amor pelos nossos antepassados que deixaram o porto pronto para nós. O suor deles, que lá atrás, desde o tempo do meu avô, que também era um portuário, o que muito me orgulha ser um portuário hoje, e nós temos que ter essa relevância, temos que pensar na população francisquense que hoje depende do porto e que leva o pão de cada dia às suas famílias.

Não vou me alongar muito, Deputado, é só mais um minutinho. É só um desabafo, porque eu tenho amor a esse porto, eu vivo isso, senhores. É dito, não é uma cidade que tem um porto, é um porto que tem uma cidade e que sustenta centenas e centenas, milhares de pessoas, do pequeno ao grande, e isso nós vamos defender com unhas e dentes. Tenho certeza, em nome do nosso Prefeito Godofredo, do nosso Executivo, que temos, sim, interesse em fazer a gestão portuária. Por que não? Estamos abertos a conversas, e creiamos que lá na frente nós sejamos agraciados com isso, antes que o porto caia na mão da iniciativa privada.

O meu muito-obrigado a todos. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Muito obrigado pela colaboração.

Com a palavra o senhor Fábio da Veiga, superintendente do Porto de Itajaí, representando o Prefeito Volnei Morastoni, de Itajaí.

**O SR. FÁBIO DA VEIGA** – Bom dia, Deputado Volnei, digníssimo Presidente desta Comissão; Deputada Ada De Luca, excelentíssima Relatora; Presidente Mira, Presidente desta Casa Legislativa que hoje nos recebe; e Vice-Prefeito Sérgio, prazer estar novamente aqui em São Francisco.

Serei breve, até porque, como o Deputado Volnei falou, na primeira audiência pública Itajaí praticamente monopolizou o assunto naquela ocasião. Mas neste momento quero trazer o agradecimento do Prefeito Volnei a todos, porque num primeiro momento, quase que exclusivamente, começamos a ter uma voz contrária a esse modelo. Entendemos também correto o que o governo federal tem apresentado e, rapidamente, buscamos apoio político.

Posso dizer aqui que a Deputada Ada e o Deputado Volnei foram de primeira mão já no apoio, pois estudaram, assim como todos os demais Parlamentares catarinenses também, inclusive em nível federal. E ver essa união do povo de São Francisco do Sul em relação à matéria nos dá força também, posso dizer aqui pelo Ernando, nosso presidente Intersindical que nos acompanha, porque tem sido um trabalho pesado, um trabalho em que o governo federal tem dito que é o melhor modelo, mas não apresenta a conclusão dos outros modelos existentes e o que vem a ser, começamos a ver ressoar essa crítica em outras instâncias federais.

Deputado Volnei, eu acho que terça-feira ou quarta-feira agora desta semana foi analisado o processo análogo do Porto de Vitória, a Codesa, e o parecer do Procurador do Tribunal de Contas da União foi um parecer extremamente significativo e que aponta exatamente isso: Como podemos chegar à conclusão que o melhor é a privatização se dos outros modelos não foram apresentados os estudos e as conclusões? Também não tem sido um processo democrático como tem sido pautado ou pontuado pelo governo federal. Houve, sim, inúmeras reuniões, mas reuniões de coleta de informação, nunca em relação ao poder decisório.

Em Itajaí, até o final deste mês de dezembro, o Ministro Tarcísio e o Secretário Piloni pontuaram que vão decidir por um modelo, ou o modelo de privatização ou a renovação da delegação. Pontuando que, se renovarem a delegação, não haverá interessados, porque nesses famosos *roadshow*, ou venda dos ativos brasileiros no exterior, que o Ministro tem feito, os grandes armadores têm dito que não tem interesse em continuar como autoridade portuária pública. Obviamente, essa é uma posição que, se perguntarem para esses mesmos armadores se eles querem autoridade, ou os armadores do Porto de Barcelona, obviamente eles também dirão que não querem. Porém, esse modelo tem se mostrado eficiente no mundo todo, e estamos indo novamente para um processo no escuro, um processo tratado às pressas, sem maiores análises. E o Tribunal de Contas, apesar de ter aprovado a privatização da Codesa nessa semana, pontuou que os demais processos que chegarem ao TCU têm que ser instruídos com todas as análises dos modelos.

Então, Presidente Volnei, se faz necessário o esforço do poder público dos Parlamentares catarinenses, a fim de nós termos nos portos catarinenses o mesmo tratamento, um tratamento isonômico com os nossos vizinhos, como Paranaguá, que foi recentemente prorrogado com o Porto de Rio Grande. Não tenho dúvida, Presidente Volnei, que o governo federal só irá nos atender se a classe política catarinense permanecer unida e com uma posição muito clara, como a que até agora tem sido demonstrada tanto na Alesc como na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e que na qual os nossos representantes têm pautado, sim, pela manutenção das autoridades portuárias públicas.

Para não me alongar, agradeço a oportunidade [de falar], parabenizo os senhores Deputados pela iniciativa e torço para que ao final deste mês tenhamos pelo menos a primeira boa notícia ao povo catarinense: a manutenção do Porto de Itajaí como sendo um porto público, com a gestão municipal que tem dado resultado nos últimos 25 anos, e que a mesma posição seja adotada, tanto para os Portos de Imbituba como de São Francisco, que recebem críticas. Principalmente o Porto de São Francisco, hoje, recebe uma comparação desleal, desigual com o Porto de Itapoá e com o Porto de Navegantes. Mas não esqueçamos que o Porto de Itapoá só está instalado ali e a Portonave só está instalada ali porque os portos públicos durante décadas e décadas encontraram soluções, muitas vezes, caseiras, baratas para manter ou expandir o mercado de contêineres naquele momento. E depois de pronto, obviamente que tudo é mais fácil. O mercado estando instalado, em Itapoá veio a Portonave. Mas agora recebemos críticas severas, além das amarras do governo federal, ano após ano, desvirtuando o modelo interessante que tínhamos com a Lei nº 8.630, criou a Lei nº 12.815/2013 basicamente para atender alguns desses portos privados ‒ e quem diz isso não sou eu, é só lermos o livro do Eduardo Cunha, que cita várias vezes essa lei como um dos maiores descalabros que ele viu na Câmara Federal para atender a um interesse privado específico.

Então, Deputado, agradecemos a oportunidade e por essa atenção que a Assembleia Legislativa tem dado para os portos catarinenses. E, mais uma vez eu digo, esperamos que toda a nossa luta seja recompensada ao final, mantendo o porto público e as autoridades portuárias públicas.

Muito obrigado e um bom dia a todos. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Muito obrigado pela colaboração.

Neste momento passo a palavra ao senhor Vereador de Navegantes, Antonio Carlos Uller.

**O SR. VEREADOR ANTONIO CARLOS ULLER (Navegantes/SC)** – Bom dia, Presidente da Comissão Mista, Deputado Volnei Weber; Deputada Ada De Luca; senhor Presidente desta Casa, Mira; Vice-Prefeito do Município de Francisco do Sul, o senhor Fábio; e a todos os compõem esta mesa; a todos que participam aqui desta audiência pública. Quero agradecer a presença de todos.

Quero dizer, Presidente, que esta audiência pública é muito importante para o Município de São Francisco do Sul. Sou Vereador na cidade de Navegantes, temos um conhecimento do que acontece quando as cidades têm uma vocação portuária. Temos cidades há muito tempo no nosso Estado já com essa vocação portuária, mas sabemos que estão sendo descobertas novas cidades que podem ter essa vocação portuária também.

Então, venho contribuir com esta audiência pública para frisar a importância de nós nos atermos ao desenvolvimento, para a importância de nós nos atermos à adequação, nós nos aprimorarmos no tema tão importante que é relacionado a portos, e Navegantes é um exemplo disso. Navegantes hoje está no Complexo Portuário do Rio Itajaí-Açu juntamente com o Porto de Itajaí. Quando o senhor Fábio da Veiga fala que a Portonave conseguiu se instalar lá, isso é a pura verdade, ela se instalou lá porque já existia um porto, caso contrário não teria esse interesse, e assim também vemos acontecer em outras localidades. Mas é importante, e aqui eu venho trazer uma experiência para vocês, porque Navegantes foi transformada da água para o vinho depois que foi instalado o porto. E Navegantes é um porto privado, esse, sim, é um porto privado, e eu acho que o Porto de Itapoá também é privado, se não me falha a memória, mas Navegantes realmente é um porto privado, e isso é o que pode acontecer com o Porto de Itajaí e com o Porto de São Francisco quando se fala em desestatização. É passada a autoridade do porto para algumas empresas, mas somente por um certo período, e todos nós sabemos muito bem disso.

E o mais importante é nos atentarmos, eu converso aqui com todos vocês, moradores de São Francisco do Sul, cidade linda, maravilhosa, que tem uma história não só com o Estado de Santa Catarina, mas tem uma história linda com o Brasil, e todos nós reconhecemos isso. Então, é preciso que se faça uma conversa e que se chegue a um modelo de porto que possa trazer junto o desenvolvimento, porque nós não podemos ficar para trás e sabemos que o desenvolvimento chega, e ele passa por cima. Então, seria nesse sentido que eu queria contribuir com a minha fala.

O Porto de Navegantes é muito bem desenvolvido hoje. Ele se encontra inclusive com seis transtêineres. É um porto muito bem desenvolvido e hoje, no complexo portuário do Rio Itajaí-Açu, ele movimenta 70% das cargas de contêiner que acontecem naquele complexo. Então é preciso pensar também sobre isso, e que São Francisco do Sul possa se adequar, Presidente, senhor Vice-Prefeito, para que isso tudo possa buscar.

Até falando sobre a cidade de Itajaí, Fábio, o Prefeito Volnei Morastoni apresentou ao governo federal um modelo de gestão público-privado para que a autoridade portuária permaneça com o Município e para que possamos ‒ como São Francisco do Sul tem esse tempo a mais para estudos - aplicar esse modelo que o Prefeito apresentou ao governo federal e também pegar uma parte desse modelo e exercer ele também aqui na cidade de São Francisco do Sul. Seria isso, Presidente.

Obrigado pela [oportunidade] de falar e parabéns a todos que estão preocupados com a sua cidade. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Muito obrigado pela participação, pela contribuição e pela informação.

Passo a palavra para a senhora técnica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Gilmara Tenfen Warmling.

**A SRA. GILMARA TENFEN WARMLING** – Bom dia. Saúdo o nosso Deputado Volnei Weber e estendo a saudação aos demais presentes.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite feito pela Comissão para participar representando o Tribunal de Contas. É louvável a realização dessas audiências públicas para a ouvida de todos os interessados, porque isso faz parte do processo democrático. É importante que sejam levados em consideração todas essas opiniões e os estudos que estão sendo realizados. [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi*]

É um ato de gestão, tanto do governo federal como do estadual, e o Tribunal de Contas, seja da União, porque o poder concedente é o governo federal ou o Tribunal de Contas do Estado, não tem interferência para dizer se isso está certo, se vocês podem fazer ou se não podem. Isso não quer dizer que não vai ser acompanhado pelo Tribunal de Contas, como eu já disse, da União ou do Estado, porque vai ser analisado o processo de concessão, o projeto, se decidir realmente por fazer, por transferir para a iniciativa privada a administração dos portos, se está sendo preservado o interesse público, se as garantias do público estão sendo preservadas.

Além disso, não há como prever, se a decisão for por privatizar, se essa é a melhor decisão ou se o público é a melhor decisão. Sabemos que o público hoje tem muita dificuldade de investimento, tudo é muito demorado, é muito burocrático; e também que o setor privado é mais rápido, mas isso não quer dizer que um é melhor do que o outro. Imbituba, por exemplo, até 2012 era um porto privado, e com o Estado tomando para si a administração melhorou. Os números mostram que tanto em Imbituba quanto em São Francisco estão sendo apresentados bons resultados, os números estão demonstrando que estão havendo investimentos e a movimentação de cargas batendo recordes mostra a boa gestão do público também.

Eu, como representante do Tribunal de Contas do Estado, principalmente como cidadã, nesse processo torço para que a decisão não seja meramente política e que o interesse público esteja preservado, principalmente o interesse das coletividades da região onde estão instalados esses portos.

Seria isso, muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Muito obrigado.

Passo a palavra para o senhor Vereador de São Francisco do Sul, Adriel Alexandre Dias.

**O SR. VEREADOR ADRIEL ALEXANDRE DIAS (São Francisco do Sul/SC)** – Bom dia a todos. Bom dia ao Presidente dessa Comissão; à Relatora; ao Presidente desta Casa, Mira; ao Vice-Prefeito, Serginho; a todos os representantes aqui da mesa; a todos os representantes dos sindicatos que aqui estão e a todos que nos assistem.

Eu vou ser bem breve, e queria dizer para os representantes do governo do Estado que eu vou falar como filho, neto e primo de sindicalistas, em especial estiva e terrestre, da qual a minha família toda vida fez parte.

Digo para o Governador, como eleitor, porque votei nele e depositei nele a minha confiança, que ele não tem o direito de vir aqui impor isso para a gente. Aquelas pessoas que estão sentadas ali são filhos e netos de representantes de sindicato. Nossos pais construíram essa história aqui, nossos pais construíram o que o porto é hoje. Então o Governador não tem o direito de vir aqui e impor isso goela abaixo da gente sem ter uma conversa, sem ter um plano mostrando que realmente isso vai funcionar, que realmente vai ser bom para a cidade.

Vocês escutaram, mais de uma vez, todo mundo falando que mais de 70% da economia da cidade gira em torno do nosso porto hoje. Então, antes de qualquer decisão, o Governador tem por obrigação – até porque ele foi muito bem votado aqui na cidade, muito bem representado – olhar para esta cidade aqui com carinho, por conta de um assunto tão delicado como esse.

Vocês escutaram o Presidente, e representante dos sindicatos da estiva, o Mira. Quando nós perdemos aqui os contêineres eu vi muito pai de família chorar desesperado porque não sabia o que fazer, e simplesmente tiveram que se adequar, muitos tiveram que vender caminhões. Então, não é pensando só no que vai gerar sei lá para quem, mas para um conjunto todo, para uma cidade toda. Ele tem ideia da gravidade da questão se isso acontecer, do que vai gerar para os trabalhadores? Eles estão aqui hoje representando todo mundo, porque estão desesperados, porque estão com medo.

Então a gente pede - hoje estou aqui como representante do Município - que o Governador olhe com carinho, que converse com os representantes e que faça um modelo decente, um modelo que não venha nos prejudicar com as soluções sendo tomadas sem que houvesse uma boa conversa.

Fica aqui o meu desabafo e o meu apoio a todos que estão aqui, aos sindicatos, entendeu? Eu faço parte disso e quero que vocês saibam que podem contar comigo aqui sempre que precisarem.

Devolvo a palavra, Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Muito obrigado, Vereador, pela contribuição.

Neste momento, dando continuidade, vamos prosseguir dessa maneira: fazer uma pré-inscrição para que a nossa equipe consiga organizar e direcionar o microfone, para não perdermos a linha pelo adiantado da hora. Levante a mão já de forma antecipada quem tem vontade de fazer uso da palavra, para sabermos o volume e administrarmos o nosso tempo. Então, fica na observação da nossa equipe, permaneçam com a mão erguida.

Dando sequência, neste momento passo o microfone para que a pessoa possa fazer a apresentação, se identificar e identificar a entidade que representa, para nós também sabermos aqui. Até então nós tínhamos o tempo mais livre para os que estavam compondo a mesa, as lideranças, mas as lideranças que estão na plateia não são menos importantes. Então, para as lideranças que representam entidades, daqui para a frente o nosso controle de tempo será de cinco minutos.

Passo a palavra para o senhor Paulo Telles, do Sindicato dos Estivadores de São Francisco do Sul.

**O SR. PAULO TELLES –** Bom dia, Deputado.

Meu nome é Paulo e, na pessoa do senhor, parabenizo todas as autoridades presentes.

Gostaria de começar, Deputado, falando que, sim, o equipamento é do governo federal, mas existe uma concessão da delegação, no caso de São Francisco do Sul, vigente por mais 22 anos. E nesse sentido eu gostaria de contrariar, perdoe-me, a técnica do Tribunal de Contas do Estado, mas o equipamento passa a ser um ativo do Estado e, nessa condição, se o interesse do governo do Estado é renunciar ao seu direito de delegação, ele tem que submeter, sim, a sua vontade ao Tribunal de Contas do Estado e à Assembleia Legislativa do Estado.

Se a vontade do governo federal é requerer, de maneira unilateral, o direito de exploração do porto para fazer o arrendamento ou o que quer que seja, cabe ao governo do Estado, sim, ingressar com as medidas judiciais cabíveis para impedir essa rescisão unilateral. Afinal de contas, a desestatização não é um ato de governo, é um ato de Estado. E eu digo, é o governo federal que pede ou se é o governo estadual que entrega, porque vamos ser sinceros, esse processo até agora não tem transparência nenhuma. Ninguém sabe se é o governo federal que pediu a rescisão da delegação ou se é o governo estadual que está renunciando à delegação. Quando a gente fala em transparência, a gente fala dos princípios constitucionais: transparência, eficiência e publicidade dos atos. Vamos concordar, gente, que até agora esse processo não tem transparência nem publicidade dos atos que foram feitos.

Está-se fazendo um estudo em nível nacional, com interesse do governo federal, mas se o interesse for do governo estadual de renunciar ao seu poder de delegação, ele tinha a obrigação de fazer um estudo em nível estadual. Qual é o impacto econômico que tem? Qual é o impacto social que tem? Ele simplesmente teve vontade, foi lá e fez. Por qual motivo? Não sabemos.

Vamos ser sinceros, esse processo é caracterizado por uma pressa de privatização, uma pressa. Nós temos que ter o resultado do exame, temos que ter edital, temos que lançar. Por que essa pressa? A quem interessa essa pressa? Na verdade, são velhas práticas praticadas por novos atores. Não tem identificação de risco, não se sabe se vai ter resultado ou não, há apenas promessas.

Nós fomos para uma audiência pública na Assembleia Legislativa na qual o Secretário de Portos falou em investimento de não sei quantos bilhões. Eu não conheço na atividade privada quem invista dinheiro para não obter lucro. Um investimento de bilhões em um porto ou vai se refletir num interesse comercial absoluto de quem arrendar ou numa elevação das tarifas de quem utiliza o porto. Ou alguém vai investir bilhões para empatar dinheiro? Quem aqui investe bilhões em qualquer negócio para empatar dinheiro? Esse aumento de tarifa vai trazer eficiência ou vai trazer apenas o interesse de quem conseguir o seu arrendamento?

O Secretário responsável por chefiar esse processo, de administração [portuária], fez uma reunião prévia no Sindicato dos Estivadores com as entidades e o Deputado estava presente e foi muito atuante. O Decreto 8.033 prevê três formas de concessão da autoridade portuária: em uma, a autoridade portuária é delegada, mas é proibida, àquela empresa que tem a delegação de fazer a exploração do porto, seja direta ou indireta. No segundo modelo, ela faz a administração portuária e só pode fazer a administração indireta. Mas aqui tem uma pegadinha, porque quando se diz operação indireta não significa que seja um operador livre e independente. É um operador indicado por quem tem a delegação. E existe uma terceira, onde quem exerce a administração portuária não pode exercer a administração, nem direta nem indireta, das operações portuárias.

O representante do governo do Estado foi categórico, o Deputado está aqui e ouviu muito bem: “Esse aqui nós nem colocamos, porque não interessa, não vai ter interessado nesse modelo.” Ou seja, o porto deixa de ser um ambiente livre, o pequeno operador não vai ter oportunidade de ali trabalhar, de ali exercer sua atividade.

Por fim, eu só queria deixar para reflexão um questionamento que foi colocado pelo Ministério Público da União no processo da Codesa: um País que é incapaz de resolver seus problemas burocráticos internos, será capaz de lidar com o monopolista articulado e voltado unicamente ao lucro? (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Muito obrigado, Paulo.

Passo a palavra para o senhor conselheiro da SCPar Porto São Francisco do Sul, Almir Wagner.

**O SR. ALMIR WAGNER** – Bom dia a todos.

A primeira coisa que queria falar é que estão usando a eficiência dos terminais privados, como Itapoá e Navegantes, para justificar a privatização. Isso é uma questão perigosa, a gente tem que lembrar que a legislação favorece absurdamente os terminais privativos, e nós temos que lembrar também o histórico. Antes disso, eu quero lembrar também que o preço praticado por esses terminais é abusivo. Hoje os empresários catarinenses que usam, que importam ou exportam cargas em contêineres, estão pagando, primeiro porque eles estão na mão de armadores, de um grupo pequeno de armadores. Hoje, na verdade, 96% do mercado de contêineres estão na mão de uma única empresa e os nossos empresários estão pagando o custo dessa “eficiência”.

Outro ponto tem a ver com o histórico. Quando a legislação permitiu a abertura desses TUPs lá atrás, no primeiro momento, para evitar uma assimetria de mercado, ou seja, uma concorrência imperfeita, havia a restrição, citada pelo Vereador Mira, de que esses terminais operassem apenas com carga própria. Pois bem, quando fincada a primeira estaca no primeiro terminal privado, eles, através da sua associação, começaram a fazer *lobby* em Brasília para reverter essa situação. Dois anos depois, três anos depois, eles conseguiram, ou seja, abriram o mercado e hoje eles estão numa situação na qual ninguém consegue competir com eles. Se hoje se instalar, do lado de Itapoá, um terminal privado tão ou mais eficiente que o Porto de Itapoá, ele vai quebrar em um ano, porque os armadores vão boicotar. Ou seja, nós entregamos, através da legislação, a nossa costa para a mão desse grupo de armadores.

A tendência é que, privatizando os Portos de São Francisco do Sul, de Itajaí e de Imbituba, aconteça algo muito parecido. Vamos ter seletividade de carga, não é qualquer carga que vai entrar nesses portos, e as tarifas vão explodir, isso é óbvio, não precisa ser *expert* no assunto, basta você procurar, por exemplo, no Google alguns casos de tentativas de privatização ou até algumas que se efetivaram no mundo, como, por exemplo, o caso australiano. As tarifas vão para as alturas e quem vai pagar por isso são os empresários catarinenses. Estamos muito preocupados com São Francisco, com Imbituba e com Itajaí, mas principalmente com as comunidades locais, porque o buraco é muito mais embaixo.

O Deputado Silvio Dreveck, lá na audiência na Alesc, fez uma apologia e uma defesa escancarada e exagerada da privatização, mas ele esqueceu de consultar as suas bases, porque são os empresários de São Bento e Rio Negrinho que vão pagar essa conta. Detalhe: na semana seguinte ele esteve com um empresário visitando aqui o porto, não sei por quê, mas algum motivo tinha.

Sobre os escândalos havidos aqui no porto, que também são usados como argumento para a privatização, o porto esteve exposto na mídia por algum tempo, e eu quero dizer o seguinte: aquilo tudo foi uma reação da comunidade local contra os desmandos havidos no primeiro momento do governo atual, em que estavam tentando saquear o porto. O Porto de São Francisco nunca esteve envolvido em escândalo, nunca teve caso de corrupção, e é importante que se diga que nenhum centavo foi roubado do porto, graças à defesa feita pela comunidade local. Aquela história do “Pombo de Ouro”, dos R$10 milhões e de outras histórias ocorridas, nenhuma se concretizou, pois nós conseguimos evitar todas as tentativas.

Então, para finalizar a minha fala, não cabe usar o argumento dos escândalos para justificar a privatização.

Muito obrigado. (*Palmas*.) [*Transcrição:**Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Passo a palavra para o senhor George Willian Wulf, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador no Estado de Santa Catarina (Sintracasc).

**O SR. GEORGE WILLIAN WULF** – Bom dia, Deputado Volnei, bom dia, Deputada, bom dia a todos da Casa e a todos os sindicalistas presentes.

A gente vem de uma comissão que está acompanhando este processo desde o início, desde a notícia da estatização e da privatização, juntamente com o Sintracasc.

 Sou funcionário há oito anos, com quase nove anos de carreira e, juntamente com os outros sindicatos, nós procuramos saber o que está realmente acontecendo. Tivemos várias reuniões em Prefeituras e em outros locais com o Ricardo Moritz – que hoje não está presente – e com o Deputado Chiodini. Vários fatos foram perguntados ao Ricardo Moritz referentes à estatização, à privatização que não são bem claros, pois eles não têm um projeto, não sabem o que vai acontecer na sequência disso tudo.

Hoje nós somos lotados no terminal graneleiro, somos em setenta funcionários, mais os funcionários do porto. Como o nosso Vice-Prefeito levantou, somos mais do que 250 famílias, quase 300 famílias que serão realocadas caso o porto seja privatizado. Perguntamos para eles o que seria feito com os funcionários e simplesmente eles abriram a mão e disseram assim: nós vamos pegar vocês e entregá-los para o Estado decidir o que fazer. Aí vem a questão de ver qual é a preocupação do governo com os trabalhadores, com os francisquenses.

Eu atuo em volta do porto há mais de 22 anos, e como vários aqui, comecei trabalhando em pá carregadeira, em porão, trabalhando como motorista de caminhão, trabalhando como avulso. A gente acompanhou o crescimento, a perda do contêiner, o crescimento do fertilizante, o aço, tudo que está em volta do porto. Hoje, se não me falha a memória, são oito operadores portuários. A nossa administração é pública, mas na operação dentro do porto o investimento é privado, não vem do governo. Qual foi o dia em que o governo colocou o pé dentro do Porto e teve que investir milhões? Em vez de mexer num porto que hoje é sustentável, que mexe com uma categoria e que mexe com o francisquense, por que ele não faz o serviço de casa? Vai mexer numa rodovia, numa duplicação, numa ferrovia! A gente bate recorde em cima de recorde. Mesmo com uma rodovia e com uma ferrovia precária, houve mês em que a gente embarcou 960 mil toneladas de soja a granel; ou seja, dezessete navios sem a parte siderúrgica e sem a parte de madeira.

Eu acho que este é um desabafo, eu sou franscisquense, como todos são aqui, e a gente quer defender a nossa casa. Eu me criei em volta do porto, criei uma profissão em volta dele e conheço muitos aqui que dependem dele. Eu acho que é uma coisa muito obscura, pois não tem clareza, porque cada vez em que a gente pergunta nunca tem uma resposta do Ricardo Moritz, sempre tem um pé atrás, nunca sabe responder e não tem projeto nenhum.

Eu acho que é apenas mais um desabafo meu como servidor público, representando a nossa categoria assim como os outros sindicatos. Todo mundo se conhece aqui em São Francisco, todo mundo se criou em volta do porto.

 Outra coisa, nesse período de pandemia em que o governo decretou fechar todos os comércios, quem é que manteve a cidade? Quem é que esteve à frente da pandemia? Muitos colegas nossos foram parar no hospital, perdemos muitos, mas o porto não parou, a economia do Município não parou. Agora, imaginem se o porto fosse privado e simplesmente parasse a cidade? A taxa de desemprego? Tudo de coisa ruim estaria acontecendo, mas não aconteceu. Eu acho que a taxa de desemprego em São Francisco, mesmo com o fechamento de comércio, foi mínima em relação às outras cidades, porque aqui a coisa fluiu. Pais de família, mães e todos que estão aqui estiveram à frente da doença, estiveram à frente trabalhando até vir à vacina, e jamais pararam.

A gente pede clareza, acho que o nosso porto já é público-privado. Se o porto público fosse bom, o privado não tinha entregado Imbituba do jeito que entregou. Entregou várias partes que estão sucateadas, e o público foi lá e arrumou.

Hoje, a gente vê o crescimento em volta da nossa cidade, em volta do porto, porque o dinheiro que a gente arrecada aqui é investido na nossa cidade. Nada contra Itapoá.

Olhem o crescimento em volta do comércio! São Francisco está evoluindo, está crescendo. O que a gente precisa não é a privatização do porto, o que a gente precisa é de uma duplicação de uma rodovia, de uma ferrovia. A gente vai bater mais recorde em cima de recorde! Vamos trazer mais empresários para cá, a gente não traz porque não temos escoamento, não tem como mandar o produto para fora. Um caminhão para trafegar para trazer soja, para trazer qualquer coisa, como ferro, leva duas horas, duas horas e meia, isso quando não chega a seis horas num trecho de quarenta quilômetros que levaria em torno de uma hora, trinta minutos para chegar numa BR-101.

É isso o que a gente pede para o governo, para olhar com mais carinho. Nós votamos nele, queremos credibilidade, queremos a coisa correta. A gente não tem interesse na privatização.

Esse é meu desabafo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Passo a palavra ao senhor Ernando João Alves Júnior, presidente da Intersindical de Itajaí.

**O SR. ERNANDO JOÃO ALVES JÚNIOR** – Bom dia.

Estou aqui representando a Intersindical dos sindicatos portuários de Itajaí.

Eu acho que todos os portos aqui de Santa Catarina já fizeram os seus estudos, já têm pareceres técnicos, a eficiência já é demonstrada e não há o que se discutir a respeito de o porto possuir a propriedade de ser administrado como porto público.

Ficou bem claro aqui que o governo federal está mais uma vez atendendo a um pedido da iniciativa privada. Nada contra o setor privado, a gente precisa dele para os investimentos, só que Itajaí já demonstrou com o tempo que lá ele deu dois terços para a iniciativa privada, licitou e o privado pode trabalhar da forma que ele quer. Tem como fazer a parceria público-privada.

 Quando a gente mostra dados, e o companheiro até falou da cidade de Itapoá, com todo respeito às cidades, tanto a Portonave, instalada em Navegantes, quanto o Porto de Itapoá, fica notório que o desenvolvimento da cidade com o porto público é muito maior do que as cidades que instalam o porto privado, e eles acabam usufruindo do espaço e da infraestrutura da cidade em que está o porto público.

Então, agradeço ao Deputado e à Relatora por abrir este espaço, peço que levem em consideração nesse relatório a importância de todos os políticos catarinenses que já estão empenhados para criarmos um muro com o governo federal e dizer: ou é isso, ou daqui para frente Santa Catarina não tem mais relação, porque é um pedido pessoal dos empresários e dos grandes armadores o de tomar conta do Estado de Santa Catarina. O próprio Piloni falou em audiência no Senado que a força política do Estado do Paraná e do Rio Grande do Sul não deixou que o governo privatizasse aqueles portos. Então nós precisamos mostrar a nossa força também e mostrar que a gente tem competência. Não é por um mero desejo do governo federal que daqui a cinco anos o nosso Estado e todas as cidades portuárias irão sofrer na pele.

Talvez mexer com a política, talvez, quem sabe, de urgência, provocar uma lei... deixem a decisão para os Municípios, deixem o Prefeito da cidade tomar a decisão de querer o porto público ou não. Devolve isso aí! Na pandemia não foi feito isso? Não está nas cidades o poder diretivo das ações de combate? Vamos tentar de alguma forma combater, já que diálogo não está tendo, porque só estão nos ouvindo, e a gente conseguir com força política, que é, como o Piloni falou, o que faltou lá no Paraná e no Rio Grande do Sul. A gente tem artigos suficientes aqui e já comprovamos que a gente tem eficiência para o porto ficar público, mas é uma decisão de governo, ele quer tomar essa atitude e não quer voltar atrás.

 Então eu acho que a gente tem que mostrar essa posição, os trabalhadores, os próprios empresários locais estão todos unidos, e eu vejo que a classe política de Santa Catarina também está. então, a gente tem que dar um xeque-mate e dizer para o governo: ou é isso ou realmente se está fazendo uma divisão do País com o Estado. Porque está muito claro que é um conluio dos grandes armadores para tomar conta do nosso litoral catarinense, que é uma grande riqueza.

Era isso.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Passo a palavra para o senhor Arnaldo Santiago, ex-Vice-Prefeito de São Francisco do Sul, ex-presidente da Cidasc e ex-presidente do Porto de São Francisco do Sul.

**O SR. ARNALDO SANTIAGO** – Bom dia a todas e a todos.

Quero dizer que é uma satisfação estar aqui presente. Sou ex-Vice-Prefeito, ex-presidente da Cidasc e ex-presidente do Porto de São Francisco do Sul por quatro vezes. Tenho bastante conhecimento no assunto e eu acho que está faltando colocar os pingos nos is nessa questão da privatização do nosso porto e de outros portos de Santa Catarina. Como é que ficaram os TPAs? Nós sabemos que, pela Lei 8.630 de fevereiro de 1993, os portos privados não precisariam contratar mão de obra privada, os TPAs através do (*ininteligível*). Como ficarão as famílias desse pessoal? Então, eu acho que está faltando informação, está faltando mais diálogo para que possamos ver se a questão da privatização é boa ou não para São Francisco do Sul.

 O nosso porto é superavitário, eu assumi pela primeira vez a presidência do porto em 1995. Depois disso, eu assumi mais três vezes. O porto, em 1995, produzia 2,5 milhões de toneladas de carga por ano; hoje, ele está produzindo 13 milhões de toneladas de carga, quer dizer, um porto que está sempre crescendo. Quando eu deixei a presidência pela última vez, há dois anos e meio, nós tínhamos no caixa R$ 115 milhões que ficavam ali, e as obras em andamento, pois o porto nunca parou. O governo do Estado de Santa Catarina não colocou aqui no nosso porto nenhum tostão até hoje, pelo menos que eu me lembre. O porto é superavitário, o governo federal nos ajudou um pouco com dragagem, mas a dragagem é necessária, porque a dragagem é a estrada por onde passam os navios. Como o governo federal cuida das estradas estaduais, ele tem que cuidar também das estradas por onde trafegam os navios. Eu acho que é o mínimo, até porque o nosso Estado recolhe bastante recurso para a União.

O que está faltando, gente, é mais diálogo, mais informação porque a nossa cidade vê o nosso porto como algo muito importante: se o porto vai bem, a cidade vai bem; se o porto vai mal, a cidade vai mal.

Então, eu só pediria, como ex-presidente do porto, e com uma vivência muito grande da área portuária, já que foram 20 anos em que eu labutei nesse setor, que procurem ver com muito cuidado se a chamada privatização é boa, ou não, para São Francisco do Sul.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ada De Luca)** – Obrigado, Arnaldo.

Passo a palavra para o senhor João Ricardo de Andrade Chaves, presidente da Associação Empresarial de São Francisco do Sul (Acisfs).

**O SR. JOÃO RICARDO DE ANDRADE CHAVES** – Bom dia a todos.

(*Passa a ler*.)

“Cumprimento cordialmente o Deputado Volnei Weber, a Deputada Ada De Luca, o Vice-Prefeito Sérgio e o Presidente da Casa, Vereador Sidnei Mira. Em seus nomes, eu cumprimento todas as autoridades aqui presentes.

Sou João Ricardo de Andrade Chaves, empresário, defensor da iniciativa privada e da livre concorrência.

 É de conhecimento público a escalada de preço nos fretes marítimos, principalmente de contêineres, nos últimos meses. Fretes com origem na China, que até há pouco tempo custavam US$ 2 mil, ultrapassaram a casa de US$ 10 mil em pouco tempo. Ao mesmo tempo em que houve um aumento exponencial no preço, certas cargas com menor valor agregado, ou menos interessantes para o transporte, têm encontrado grande dificuldade de simplesmente embarcar, mesmo pagando um prêmio para isso. Entre outras causas, um dos principais fatores apontados é relacionado à grande concentração de mercado existente no setor em que os quatro maiores armadores representam quase 60% do *market share* global.

A mesma analogia pode ser feita e utilizada para o sistema portuário brasileiro. É fato que existe uma demanda de terminais portuários para importação e exportação acima da oferta disponível que é retratada pelo aumento da fila da espera para atracação na maioria dos portos brasileiros.

A pressão pela alta demanda levaria um aumento considerável no preço das operações desses terminais, porém, devido à necessidade legal de existir uma tabela publicada igual para todos os utilizadores dos portos públicos, vemos que ainda existe um aumento de espera para atracação, pois os valores cobrados não foram alterados.

A defesa dos portos públicos não é uma questão de ideologia, e sim de economia. Enquanto os terminais privados seguem a lógica empresarial de aumentar o resultado com o menor risco possível, mesmo que para isso não tenham que atender toda a demanda existente, nos portos públicos todos têm a possibilidade de embarcar ou receberem as suas cargas, pois seguem três princípios importantes: o da modicidade tarifária, que impede a cobrança abusiva de preços mesmo em épocas de alta procura, funcionando como um regulador de mercado; o da indiscriminação de carga, garantindo a possibilidade, seguindo os regulamentos e legislação, de todas as cargas poderem ser operadas; e o da universalização do uso, que garante a qualquer empresa, que queira movimentar cargas, que pague pelos serviços e que atenda aos requisitos exigidos pela regulamentação, a possibilidade de fazê-lo, havendo órgãos reguladores para a resolução de conflitos de interesse que possam existir.

Nos terminais privados não é incomum o conflito de interesses, sendo que, muitas vezes, a administração tem preferência por essa ou aquela carga. Poderá haver conflitos também entre empresas que possam vir a fazer parte do consórcio do porto e entre empresas concorrentes que desejam utilizar os serviços. O conflito poderá, inclusive, se manifestar de forma disfarçada, através, por exemplo, de aplicação de tarifas mais caras para os clientes ‘indesejados’.

Como já mencionado, o modelo de gestão pública dos portos garantindo a possibilidade de a iniciativa privada também o fazer é o mais utilizado em todo o mundo, sendo este modelo, o de São Francisco, com autoridade pública e operação privada, presente na administração dos dez maiores terminais portuários, independentemente do sistema político ou econômico dos países, desde a China aos Estados Unidos.

 Soubemos nesta semana do corte de mais de R$ 40 milhões nas obras de duplicação das rodovias federais catarinenses, isso no Estado que está entre os que mais arrecadam ICMS, que mais geram empregos e que mais produzem no País. Em 2020, o Estado de Santa Catarina arrecadou R$ 70 bilhões em impostos federais e tem uma demanda anual de apenas R$ 1,5 bilhão em obras para modernizar sua infraestrutura, ou seja, o nosso Estado gera para a União um valor 47 vezes superior àquilo do que precisa do ponto de vista de investimentos, sendo que no mesmo ano o investimento foi de apenas 1/3 do necessário. O volume de recursos que retornou ao Estado em 2020 soma R$ 7,4 bilhões, o que representa apenas 10,6% do total arrecadado.

Assim como um Estado bem gerido, o Porto de São Francisco do Sul tem capacidade de ser superavitário e de poder suprir por conta própria os seus investimentos internos necessários, o que já acontece; porém, as maiores necessidades de investimentos estão fora dos muros do porto. É urgente a duplicação da BR-280 e a finalização das obras do novo contorno ferroviário.

É principalmente com a garantia de maiores e melhores condições de infraestrutura acessória que será possível o contínuo crescimento do Porto de São Francisco do Sul, assim como de outros portos. [*Transcrição: Ana Paula Da Luz Sanzovo Alencar / Revisão: taquígrafa Sibelli D’Agostini*]

A efetivação dessas obras, por si só, já garantirá a viabilidade e sustentabilidade do nosso porto por largos anos.

O governo do Estado e os nossos representantes não devem medir esforços para combater ativamente a desigualdade do Pacto Federativo com Santa Catarina. A entrega antecipada das infraestruturas portuárias não pode ser utilizada como barganha para recebermos aquilo que já é nosso por direito.

Pelos motivos explanados, não nos convence a tese da necessidade de privatização como via para a melhora da competitividade ou como a única forma de garantir os investimentos necessários, muito pelo contrário, sem a regulação dos valores promovida pela ampla concorrência existe a clara tendência de concentração de mercado e consequente aumento dos custos logísticos.

Precisamos de um olhar criterioso da União para nosso Estado onde mais necessitamos de infraestrutura de acessos, de vias e de ferrovias. Não é o momento de alterar aquilo que está dando certo.”

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) -** Muito obrigado pela participação também.

Com a palavra o senhor Henrique Souza de Mira, trabalhador portuário avulso do porto privado de São Francisco do Sul.

**O SR. HENRIQUE SOUZA DE MIRA** – Bom dia a todos. Eu sou Henrique Souza de Mira, trabalhador portuário avulso, entrei, democraticamente por concurso, no porto público e vim aqui citar a minha vivência no porto público e no privado. Nós também temos em São Francisco o porto privado que nunca é citado, nunca tem méritos, nunca tem... Sempre o porto público é o alvo, a galinha dos ovos de ouro, por quê? Porque ele se destaca. Então, se ele se destaca é porque está dando certo como público.

Eu tive a vivência da crise dos contêineres, que foram tirados de nós, porque no porto privado, na primeira, o impacto foi mandar para a rua os funcionários, e me choca muito ver hoje que uma das funcionárias vive de marmitex. Ela e sua família vendendo marmitex para os caminhoneiros do porto público. Se não tiver o caminhoneiro do porto público, ela também vai falir novamente.

Já o porto público, todos nós permanecemos abraçados, nos reinventamos e, hoje, estamos aí, o PIB está subindo cada vez mais, né? E o porto privado foi seguindo os passos do porto público e hoje está nos mesmos segmentos: madeira, celulose. Mas tudo foi ideia vinda do público e que foi a partida inicial, ou seja, eu permaneço ali como funcionário, não sou funcionário público, mas tenho estabilidade e os funcionários que estavam no porto privado hoje estão a mercê de qualquer emprego na rua.

Então, isso é de suma importância, se é que o nosso Governador se importa com a população, que se dê continuidade ao nosso porto. O nosso Presidente, Jair Bolsonaro, tem um vídeo em 2018 em que ele foi bem claro, dizendo que ele era contra - antes dele ter a caneta, né - a privatização da Eletrobras. Ou seja, é certo que os facilitadores da privatização iriam se beneficiar. Hoje ele está com a caneta na mão e o que acontece? Hoje ele é a favor, por quê? Essa é a pergunta que eu faço.

E também quero fazer ao pessoal da Alesc - claro que eu não ganho tão bem quanto o pessoal da Alesc - uma pergunta: Qual é a contribuição do nosso porto privado para o Estado? Com qual porto o Estado lucra mais, com o público ou com o privado? Porque aqui nós temos dois portos. Somente responder essa pergunta para nós.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) -** Muito bem.

Pelo adiantado da hora, neste momento nós encerramos as inscrições. Nós ainda temos alguns inscritos, mas estão encerradas as inscrições.

Passo a palavra para o senhor Matheus de Oliveira, do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador no Estado de Santa Catarina – Sintracasc.

**O SR. MATHEUS DE OLIVEIRA** – Bom, peço-vos licença para levantar no sentido de facilitar a oralidade da fala.

Bom, primeiramente saúdo meu colega Marco Aurélio Simões, que não pôde estar aqui por estar trabalhando, mas também agradeço por esta oportunidade.

Ao Presidente da Comissão, Deputado Volnei, a todos os demais aqui presentes, o meu cordial muito obrigado, o meu cordial bom dia, Vós estás aqui cumprindo o *locus* constitucional para com o Estado democrático de direito em vir a São Francisco do Sul colher essas diversas perspectivas quanto à destinação do Porto de São Francisco do Sul, equipamento fundamental para o Estado de Santa Catarina.

Pois bem, vou tentar ser sucinto quanto à nossa questão própria aqui, da Cidasc, e questão própria do Porto de São Francisco do Sul. O João Raimundo Colombo, em idos de 2013, solicitou à Ministra Gleisi Hoffmann as seguintes expressões: “A senhora, por gentileza, averigue a questão dos 39 mil metros quadrados de área circunscrita ao Porto de São Francisco do Sul, porque é fundamental essa área para o desenvolvimento do Estado.” Num todo, 80% das receitas da Cidasc adivinham daquele espaço.

Pois bem, então o Governador Carlos Moisés da Silva, no ano de 2020, assim decidiu que nós fossemos transferidos para o Porto de São Francisco do Sul, por meio do Decreto estadual nº 048/2020: “O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, resolve baixar os seguintes: Ato nº 148/2020, considerar à disposição da SCPar Porto de São Francisco do Sul de acordo com a Resolução CPF 017/2012, Decreto 336/2019, conforme processo PSFS 2.638/2019, os empregados abaixo relacionados, lotados nas Cidasc com ônus de remuneração em cargos patronais ressarcidos a origem no período de 1º de dezembro de 2019 a 31 de dezembro de 2022.”

Ou seja, qual foi o acordo? Qual foi o acerto? De que, para que a Cidasc não tivesse um ônus demasiado, fosse encaminhado um quanto de ressarcimento a mesma para que pudesse custear a folha dos funcionários no Estado todo. Então, para vermos que a Cidasc, num todo, depende dessas receitas.

Agora vou tratar as questões especificamente do Município. Vice-Prefeito Sérgio Murilo de Oliveira e Secretário Maicon Reck, por gentileza, uma atenção. Gostaria que os senhores fizessem a gentileza de elaborar um estudo detalhado de quais seriam os eventuais decréscimos de renda *per capita*, ou seja, à renda cidadã e à distribuição de renda caso houvesse uma terceirização do Porto de São Francisco do Sul? Qual seria o grau de compactação de renda do trabalhador? Porque, atualmente não somos assim estrondosos, mas conseguimos ter renda suficiente para suprir o essencial custeio de nossas famílias, porque somos remunerados para além de uma posição assalariada. Então, esse é um dos pontos tratados que abarca todos os colegas aqui presentes, os quais incluo nessa questão.

E quanto à nossa questão do terminal, especificamente, minha humilde solicitação é a seguinte: como dizem que não há portabilidade nossa para com outros órgãos do Estado, com barreiras sanitárias para posto de classificação vegetal porque somos operadores, eletricistas, mecânicos, engenheiros, advogados, enfim, tem diversas profissões no terminal, qual seria nossa destinação ao final de 2022 caso o porto fosse concedido à iniciativa privada? Então, diante de todas essas celeumas e de todos esses eventuais imbróglios sociais, eu pediria a gentileza de averiguarmos como construir uma solução consensual distinta da privatização para que o ciclo econômico do Município seja preservado.

Meu muito obrigado a todos, desculpem qualquer incisão de minha parte. Agradeço a educação de todos vós para conosco, a paciência em escutar. Tenham um excelente e abençoado dia. Deus os acompanhe sempre.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) -** Obrigado também.

Nesse momento passo a palavra para o senhor Aristeu Requia.

**O SR. ARISTEU REQUIA** – Bom dia. Meu nome é Aristeu Requia.

Eu vou me dirigir exclusivamente à Relatora da nobre questão, em relação à privatização do porto. Eu sou um autônomo, sou aposentado hoje, a minha esposa trabalha no Porto. Como muitos aqui trabalham no Porto, 99,9% das pessoas aqui são envolvidas em relação ao porto. Eu gostaria de saber da senhora em que pé está a investigação a respeito de por que isso e por que aquilo de privatizar, com o ônus para quem, afinal? Para o Estado? Para a iniciativa privada? Para quem? Porque o porto público hoje é considerado como inapto para administrar. O engraçado de tudo é que o porto, como a menina falou ali, e o Mira lá também falou, hoje é o sétimo em movimentação de carga. Quando o Porto era administrado pelo seu Paulo Corsi, isso há anos, ele foi o quarto em movimentação de carga. Hoje a menina falou que aumentou o faturamento e o Porto é o sétimo. Mas assim, é o sétimo em percentual comparativo em dinheiro, porque hoje o dólar vale quase R$ 6,00, ou quando o dólar lá atrás estava dois e pouco, três e pouco? Isso é um parâmetro tem que ser levado em conta, principalmente para senhora que vai fazer a relatoria?

Pois não?

**A SRA. RELATORA (Deputada Estadual Ada De Luca)** ­– Quer que eu responda?

**O SR. ARISTEU REQUIA** – Não, não. Eu só quero explanar isso, porque assim, o funcionário público não é considerado apto para gerir o porto. Engraçado que o Moisés, que é o Governador do Estado hoje, criou a SCPar e hoje caíram de paraquedas aí “trocentas” mil pessoas, tudo ganhando assim (*mostra com as mãos o tamanho dos salários.*), enquanto que o funcionário ganha sim. A administração do porto, hoje, muitos não sabem nem quem é, porque é um entra e sai, é uma troca de roupa, é desvio de dinheiro, é obra superfaturada, é não sei o quê. Não sou eu que digo, a imprensa fala e a imprensa fala por investigações, e aí como é que fica? Quem é que vai assumir todos esses funcionários que o governo do Estado passou para o Seinfra, para a administração pública. O governo vai assumir todas essas pessoas? Quem responde? A gente aqui está assim, na corda bamba, é uma faca de dois gumes...

O Vice-Prefeito falou também, o Mira, o nobre Vereador, que é filho de São Francisco do Sul, é cria da cidade, é cria do porto em si, se criou em torno do porto, falou muito bem. Agora as pessoas caem de paraquedas aqui para dizerem que o porto tem que ser privatizado.

O Moisés foi cabo eleitoral do Bolsonaro, depois fez a cagada que fez, porque a bem da verdade é isso, desviou dinheiro. Os próprios Deputados, hoje, votaram pela anulação dele, mas o deixaram no governo. Porque o Estado, os Deputados Federais, hoje, o Jorginho Mello, é do governo; o Darci de Matos é um vaselina brabo e...

(*Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) -** O tempo está finalizado. Muito obrigado. (*Palmas.*)

Muito bem, o último inscrito está com a palavra, o senhor presidente do Sindicato dos Arrumadores Portuários em Capatazia de São Francisco do Sul, Araquari e Itapoá (Sindacap), Marcos Paulo Lopes.

**O SR. MARCOS PAULO LOPES** **-** Olá, gostaria de dar boa tarde a todos, já passamos do meio-dia, numa discussão que eu acho bem importante para a nossa cidade.

Eu quero lembrar e iniciar minha fala aqui, dizendo que a delegação continua ainda por vinte e dois anos com o Estado. Então, ela continua ainda com Santa Catarina, com o nosso Governador, aquele no qual nós elegemos e confiamos para que representasse o melhor para a sociedade, sendo que isso não está acontecendo. Se a delegação está ainda na mão do Estado e o Estado vem nos dizer - acompanhei até a audiência lá em Florianópolis - nos informar sempre com números que o porto realmente não está indo bem, não está dando números positivos. Foi isso o que a gente ouviu do Diogo Piloni, né, acho que todos estavam presentes lá, só números, claro que o papel aceita tudo. E aqui foi colocado que o Porto de São Francisco do Sul - e falou aí da minha casa, falou da minha cidade - não estava dando certo.

Mas nós temos que lembrar uma coisa aqui, amigos, que estamos esquecendo que a gestão, a gerência deste porto, a delegação está com o Estado. Quem está gerindo? Se está dando mal resultado, quem está com ele na mão? Sou eu? É o sindicato? É a nossa cidade? Não! É o governo do Estado, é o Moisés, sim. É o governo do Estado que está com a gerência. Vou falar, propriamente dito, do Porto de São Francisco, que chega a ser uma vergonha. Nós já trocamos quatro vezes a presidência do Porto de São Francisco do Sul. É uma total irresponsabilidade com o Porto de São Francisco do Sul. Não tem responsabilidade alguma.

O governo vem hoje aqui querendo nos convencer, esses mesmos atores os quais não estão dando conta da gerência, porque a indicação desses nomes é do governo do Estado, e esses mesmos atores querem nos convencer que têm um melhor modelo e que agora é a privatização! [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Como isso? Será que estamos aqui de brincadeira? Será que estamos aqui perdendo o nosso tempo? Os mesmos atores! Será que não está na hora de o governo do Estado olhar para si e dizer: não, o problema está conosco. Ah, mas a gente quer privatizar para ter menos burocracia. Então por que não muda a lei para ser menos burocrático? Por que não estamos discutindo neste dia a mudança das leis a fim de que as coisas ficassem menos burocráticas dentro do porto? Mas não, o fácil é sempre colocar a culpa no outro ou a responsabilidade no outro! É fácil entregar o nosso bem maior, que é o porto!

Eu acho que é uma falta de educação com o catarinense, sendo que os mesmos atores que estão hoje na frente, na responsabilidade do trabalho, não deram conta e agora querem nos convencer de que têm o melhor modelo para Santa Catarina! Perdoem-me a sinceridade e o desabafo. Não! Não tem esse voto de confiança da população de Santa Catarina, não tem! Vocês querem matar, como disse o nosso Vice-Prefeito, a nossa galinha dos ovos de ouro, já que mais de 80% da economia da nossa cidade faz parte do Porto de São Francisco do Sul.

Eu peço que o governo leve esse recado para o Moisés e ele reveja os seus conceitos. Eu acho que teríamos que estar aqui perdendo o nosso tempo discutindo a preocupação com a BR-280, que não está sendo duplicada, e vários outros assuntos que poderiam fazer o nosso porto crescer. Mas é mais fácil entregar para a iniciativa privada. É mais fácil. Eu realmente não sei de quem é o interesse, não quero apontar, mas, sinceramente, causa-me estranheza. Uma pessoa que não teve a responsabilidade de cuidar daquilo que foi colocado em sua mão, o Porto de São Francisco do Sul mudou mais de quatro vezes os seus gestores, e agora esse mesmo governo quer nos ensinar e dizer que tem o melhor modelo. Sinceramente está sem credibilidade, no meu ponto de vista. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Muito bem. Neste momento encerramos as inscrições.

Eu passo a palavra, para as considerações finais, à Relatora desta Comissão, a Deputada Ada De Luca.

**A SRA. RELATORA (Deputada Estadual Ada De Luca)** – Eu quero agradecer a todos que estiveram aqui presentes, foi uma aula que recebemos hoje de cada um dos oradores. Quero agradecer aos sindicatos aqui presentes, estão cumprindo exatamente o que os seus filiados querem; a todos os trabalhadores portuários; ao Vice-Prefeito; ao Presidente da Câmara; ao Fábio, representante do governo de Itajaí; aos oradores avulsos que também nos deram uma aula, enfim, a todos que participaram.

Ao senhor que queria uma resposta minha, o senhor Aristeu Requia, estou em estudo ainda. Calma, darei uma resposta bastante convincente e transparente, como sempre foi a minha vida política, dentro da transparência, certo? E eu acho que o Deputado Presidente também dará essa transparência que o processo exige, porque realmente não podemos brincar com mais de dez mil famílias entre São Francisco do Sul e Imbituba, que foi o que eu escutei até agora. Direta e indiretamente, porque indiretamente, se a pessoa perder aquilo ali, também vai se dar mal. Vejam, vinte mil funcionários indiretamente, então devemos ter muita, muita responsabilidade, tanto o governo federal quanto o governo estadual e a Assembleia Legislativa, porque caiu lá para o Presidente Volnei conduzir a Comissão.

Um beijo no coração de cada um de vocês. Sei que já está todo mundo com a broca no estômago e eu também estou (*refere-se ao adiantado da hora*), mas faremos um belo trabalho com a participação efetiva de todos que hoje compareceram, com informações, com telefonemas, mandando *e-mail*, porque tudo isso dá subsídios para tirarmos uma conclusão concreta, ouvindo, literalmente, a base.

Um beijo no coração. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Muito obrigado, Deputada.

Para as considerações finais, passo a palavra para o Presidente da Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul, Vereador Mira.

**O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL/SC (Vereador Sidnei Eunézio de Mira - Mira da Estiva) -** Agradeço a presença de todos. Esta audiência pública foi muito importante.

Agradeço o Deputado Volnei, Presidente da Comissão; a Deputada Ada, como Relatora, tenho certeza que com a responsabilidade que os dois têm à frente da Comissão vão praticar sempre a justiça. E como sempre falei, o Deputado Volnei e a Deputada Ada estão sempre absorvendo esse estudo dos portos catarinenses e tenho certeza que esse estudo envolve a comunidade, a sociedade e o trabalhador.

Uma coisa que não coloquei, Deputado Volnei e Deputada Ada, é que os trabalhadores da área do porto são trabalhadores especializados, pois a partir do momento em que eles entram no porto eles só sabem fazer aquilo. Essas pessoas, saindo do porto, não sabem fazer outra coisa, não sabem desempenhar outra função. São trabalhadores especializados, preocupados com a sua ferramenta de trabalho.

Agradeço pelo espaço de estar aqui contribuindo. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Obrigado.

Indo para as considerações finais, eu quero dizer que o equipamento pode requerer uma evolução, o que não podemos é aceitar quando o próprio Secretário Nacional de Portos vem a Santa Catarina e diz que para os portos de Santa Catarina não terá nenhum centavo de investimento. Se entendemos que esse equipamento é da União e que é importante para o desenvolvimento do nosso País, porque faz a relação dos nossos produtos com os produtos do mundo e porque precisamos do mundo para nos abastecer, não dá para entender e não dá para aceitar!

Entendemos, sim, que esses equipamentos sendo públicos e porventura não se conseguindo tirar do pedágio cobrado, da tarifa cobrada para equipá-los da forma como têm que ser, modernizar da forma como têm que estar, temos que ter investimento da União ou, então, esse equipamento não representa nada para Santa Catarina, para o nosso País! Quando dizem que não têm como investir, eu sempre afirmo que os impostos estão entrando sempre, o povo é trabalhador. Santa Catarina é diferente, é só priorizar, e quando se prioriza, faz-se.

Eu penso que os portos são equipamentos importantes não só para as cidades nas quais estão inseridos, não só para os trabalhadores ali envolvidos diretamente, mas para todos nós, catarinenses, que fazem isso se movimentar. Vamos continuar lutando para fazer com que o modelo instalado aqui tenha garantias, garantias de funcionamento, garantias jurídicas e garantias àqueles que estão envolvidos e têm a sua história aqui, para que não seja perdida no meio do caminho.

Nós, através desta Comissão, vamos continuar escutando as pessoas, não finalizamos o nosso trabalho com esta audiência pública - audiência pública é a maior ferramenta e a mais importante para construirmos um relatório que demonstre ao nosso representante geral, que é o governo, o nosso anseio. A Comissão, desde o início dos nossos trabalhos, está recebendo grupos, está recebendo estudos, dados. Lá nós estamos de portas abertas e com muito respeito recebemos e vamos continuar recebendo muito bem vocês.

Aqueles que não tiveram a oportunidade de aqui falar, que não conseguiram se expressar direito, porque a emoção, Vice-Prefeito, toma conta, o desabafo às vezes toma conta e tecnicamente não conseguimos expressar o que gostaríamos para construir um documento real, podem fazer os encaminhamentos. Os canais estão abertos, mesmo por *e-mail*, para vocês fazerem os encaminhamentos que entendem importantes.

O que não podemos aceitar, nosso Presidente do Legislativo, é que quem dirija o porto não tenha conhecimento. Eu me entendo como uma pessoa muito séria, de muito trabalho, suei muito para conquistar o que a nossa família conquistou, mas eu não tenho capacidade, por falta de conhecimento hoje, de conduzir o porto. E esse equipamento de vocês não pode pagar o preço de eu aprender isso. Então, o que precisamos, e temos que levar essa mensagem para o nosso governo, é de pessoas com *know-how,* especialistas capacitados que venham realmente trazer bons resultados para o nosso Estado, para o nosso País, mas que garantam a história, o emprego e a renda das pessoas que dependem diretamente dele, desse equipamento chamado porto.

Repito, e o Vice-Prefeito e mais alguém já disseram, o porto já ressurgiu das cinzas. Da mesma forma como o Porto de Imbituba, privado e que foi à míngua - passei muitas vezes por aquela BR, contornando aquelas imediações, e nenhuma placa de trânsito foi mudada por muitos e muitos anos. Mas depois, quando o porto veio para a SCPar, ele evoluiu e atualmente, quando venho para cá, vejo outra realidade; quando eu volto tem mais um galpão construído às margens da BR-101; e todos os dias aquilo vem se transformando. Pode não ser eficiente, mas vem trazendo resultado.

Portanto, o nosso trabalho é fazer com que o próprio governo e as lideranças entendam que temos que buscar a eficiência, mas talvez não entregar o nosso equipamento para quem não conhecemos ou para qualquer um.

Finalizando a minha fala, quero dizer que teve aqui muito desabafo, muito sentimento, mas o que não pode faltar aqui é esperança e luta. E eu sempre tenho reproduzido as palavras de um grande empresário do Município de São Ludgero, de onde venho. Ele não está mais em nosso meio, mas deixou um grande exemplo, principalmente para mim, quando eu ainda era jovem, em que ele dizia: quando se aplica a regra dos 4Ds nada dá errado, que são dedicação, determinação, disciplina e o nosso pai maior, que é Deus. Tudo dá certo com muito trabalho.

Pois eu tenho me inspirado nessas palavras e quando aqui se fala em ressurgir das cinzas, quero dizer que lá atrás, em 1978, nós perdemos todo o nosso plantel da suinocultura, pois eu vim da roça por conta da tal Peste Suína Africana, que nunca existiu. Mas interditaram as propriedades dos Municípios vizinhos e mataram todo o plantel com uma indenização mínima e depois de seis meses não tivemos como voltar. O meu pai faliu, muitos faliram, passamos muita dificuldade pelos próximos dez anos e, quando eu atingi minha maioridade, meu pai entregou a propriedade de volta. Mas ali foi cortado e sangrado o sonho de uma família, o suor derramado no rosto para conquistar aquilo. Mas nós ressurgimos das cinzas.

Mais adiante, certa vez um caminhão, uma carreta entrou numa loja da família e levou todo o nosso negócio embora mais uma vez. E pior que isso, levou parte da minha família junto. Mas erguemos a cabeça, ressurgimos das cinzas novamente. Depois perco um filho de 15 anos em um acidente. Pergunto: o que estamos fazendo aqui? Tenho força ainda e vamos continuar lutando, porque a esperança não morreu, a nossa garra não terminou e vocês não podem perder isso também (*palmas*). Temos que estar unidos, precisamos estar unidos em prol daquilo que entendemos que é importante para nós.

Estamos sempre dispostos a acolhê-los, a buscar as informações e queremos agradecer aqui a forma de como esta audiência transcorreu, como vocês também se comportaram: de maneira pacífica, desabafando, cobrando do governo, não desmerecendo ninguém e não desrespeitando ninguém. E é dessa forma que entendemos que nós vamos encontrar as soluções. O Rodrigo está me chamando a atenção do relógio, que eu já vi, eu vou finalizar, mas é importante aquilo que eu estou dizendo. Nós precisamos estar unidos.

Assim sendo, desejo muito sucesso a todos, porque o Natal que está chegando, pois já estamos vivenciando o clima natalino, ilumine cada um de vocês e que possamos ter o coração mais amolecido, buscando a compreensão e sermos mais flexíveis, porque através disso os melhores resultados virão. Um feliz Natal a todos e que o ano que vem pela frente seja repleto de muitas realizações e também de menos incertezas.

No mais, mais uma vez eu agradeço a presença de todos e o apoio da equipe técnica desta Casa, da equipe técnica da Assembleia Legislativa, que tem nos acompanhado e com muita eficiência feito o seu trabalho, das nossas assessorias, especialmente a este Legislativo pela cedência do espaço.

De forma geral, o meu agradecimento a todos os envolvidos. O meu grande abraço, um feliz Natal a todos.

**A SRA. RELATORA (Deputada Estadual Ada De Luca)** – Também quero desejar um feliz Natal para todos vocês com muita, muita saúde, pois o mais importante hoje na vida é ter saúde. Não é dinheiro, não é nada, é saúde. Eu fiquei doze dias no hospital e sei o que eu passei no oxigênio. Sejam sempre saudáveis, carinhosos e tenham sempre muito amor e menos ódio, porque temos muito ódio neste País.

Eu, por exemplo - estava falando com o Deputado Volnei e vou contar para vocês -, sou a favor da carteira de vacinação, que eles chamam de passaporte para ficar mais chique, mas é uma carteira de vacinação, normal. E só não me chamarem de não sei o que por esses dois aparelhos de celular (*mostra os aparelhos*), pois recebi mais de setecentas ligações, o meu gabinete está entupido de ligações me dizendo horrores, gente com ódio, e sabemos de onde vem. Mas temos que ter classe e fazer de conta que não se ouve.

Então vamos ter menos ódio no coração, mais amor, juntamente com as nossas crenças. Que seja Deus o nosso bem maior. Felicidades para as famílias de vocês, porque se um membro da família quebra o dedinho minguinho já é um problema para todos e ficamos tristes, não é?

Um beijo a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Obrigado.

Conforme a assessoria nos lembrou, agradecemos de forma especial todos que nos acompanharam e nos acompanham pelo YouTube, pelas redes sociais, pelos meios de comunicação. A todos o nosso muito-obrigado.

Um grande abraço a todos, que Deus nos abençoe e nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta audiência pública. (*Palmas*) (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Rafael José de Souza / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira / Leitura final: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

**DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER**

**PRESIDENTE**